



EQUIPE DE LICITAÇÕES SIGMA <sigma.supel@gmail.com>

**IMPUGNAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº:
387/2021/SIGMA/SUPEL/RO**

2 mensagens

Kapital Serviços Terceirizados Kapital Serviços <kapital2018@gmail.com>

20 de agosto de 2021 09:44

Para: Equipe Sigma <sigma.supel@gmail.com>

AO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO

EQUIPA DE LICITAÇÃO SIGMA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **387/2021/SIGMA/SUPEL/RO****Processo Administrativo: 0057.320717/2020-71**

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de recepção, com emprego de mão-de-obra qualificada e habilitada, bem como fornecimento dos materiais necessários à execução do serviço, visando atender ao Hospital Infantil Cosme e Damião, pelo período de 12 (doze) meses.

e-mail: sigma.supel@gmail.com

KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.555.564/0001-80, com sede na cidade de Porto Velho, estado de Rondônia, por intermédio de seu Representante Legal Rodolfo José Fernandes Claros, CPF nº 045.734.392-34 vem respeitosamente e tempestivamente com fundamento no artigo 41, § 2º da Lei 8.666/1993 e item 3.1 do instrumento convocatório interpor Impugnação ao Edital de Licitação em Epigrafe, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

--

KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI

Rua Naymaier, n. 4965, Flodoaldo Pontes Pinto,

Porto Velho/RO CEP: 76820-586

Tel(69) 3229-6587, e-mail kapital2018@gmail.com

**impugnação kapital pregao 387-2021.pdf**

1950K

EQUIPE DE LICITAÇÕES SIGMA <sigma.supel@gmail.com>

20 de agosto de 2021 10:52

Para: Kapital Serviços Terceirizados Kapital Serviços <kapital2018@gmail.com>

Senhor(a) Representante,

Atestamos o recebimento e informamos que estaremos remetendo os questionamentos ao setor responsável pela elaboração do Termo de referência.

Atenciosamente

Nilseia Ketes Costa

Pregoeira

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Equipe SIGMA/SUPEL

Superintendência Estadual
de Licitações



RONDÔNIA
Governo do Estado

AO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO

EQUIPA DE LICITAÇÃO SIGMA

PREGÃO ELETRÔNICO N°: **387/2021/SIGMA/SUPEL/RO**

Processo Administrativo: 0057.320717/2020-71

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de recepção, com emprego de mão-de-obra qualificada e habilitada, bem como fornecimento dos materiais necessários à execução do serviço, visando atender ao Hospital Infantil Cosme e Damião, pelo período de 12 (doze) meses.

e-mail: sigma.supel@gmail.com

KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.555.564/0001-80, com sede na cidade de Porto Velho, estado de Rondônia, por intermédio de seu Representante Legal Rodolfo José Fernandes Claros, CPF nº 045.734.392-34 vem respeitosamente e tempestivamente com fundamento no artigo 41, § 2º da Lei 8.666/1993 e item 3.1 do instrumento convocatório interpor Impugnação ao Edital de Licitação em Epigrafe, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Dos fatos

Foi publicado edital do PREGÃO ELETRÔNICO N°: **387/2021/SIGMA/SUPEL/RO**, **Processo Administrativo: 0057.320717/2020-71**, **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de recepção, com emprego de mão-de-obra qualificada e habilitada, bem como fornecimento dos materiais necessários à execução do serviço, visando atender ao Hospital Infantil Cosme e Damião, pelo período de 12 (doze) meses.

A empresa ao realizar a leitura do edital, verificou que o edital é omissso, com relação à certidão da vigilância sanitária estadual, fato de tratar de serviços desenvolvidos em UNIDADES HOSPITALARES, senão vejamos:

Conforme determina a resolução conjunta 052/2012, estabelece que atividades desenvolvidas no interior de unidades de saúde são de competência da AGEVISA.

CIB/RO	COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE-COSEMS
--------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

RESOLUÇÃO Nº 052 /CIB /RO

Porto Velho, 19 de abril de 2012.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE E COORDENADORES DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB/RO, no uso de suas atribuições legais e conforme o registro em Ata da 3ª Reunião Ordinária da CIB/RO, realizada em 19 de abril de 2012, e considerando a Portaria nº 77/GAB/CIB/RO de 09/06/2011;

RESOLVE:

Aprovar a realinhamento das ações pactuadas pelas Portarias Nº 77/GAB/CIB/RO de 09/06/2011 e Nº 129/GAB/CIB/RO de 14/12/2007, acordadas entre a Agência Estadual de Vigilância Sanitária - AGEVISA e a Vigilância Sanitária - VISA do Município de Porto Velho/RO com as respectivas atribuições e competências na atuação das instituições abaixo relacionadas.

VISA Estadual

1. Serviços de Saúde Intra - Hospitalares;
2. Laboratórios de Citologia e Anatomia Patológica;
3. Estabelecimentos de ensino superior

VISA Municipal

1. Serviços de Saúde, Extra-Hospitalares;
2. Postos isolados de coleta para Análise Clínica;
3. Estabelecimento de pré-ensino;
4. Estabelecimento de ensino médio/ Escolas Técnicas

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.



Gilyan Ramos de Almeida
Secretário de Estado da Saúde



Afonso Emerck Dutra
Presidente do COSEMS

Do Direito

O processamento da licitação requer a elaboração de um instrumento convocatório, no qual constem todas as regras que serão aplicadas quando da realização do certame que selecionará o contratado, bem como todas as condições para a execução do futuro ajuste. Trata-se do edital da licitação, que, como bem dizia o mestre Hely Lopes Meirelles, “é a lei interna da licitação”.

Uma vez publicado o edital, as licitantes poderão solicitar o esclarecimento de dúvidas ou impugnar esse instrumento. No primeiro caso, a manifestação do particular objetiva obter a elucidação de alguma disciplina do edital que não tenha restado clara. Nessa hipótese, não há, necessariamente, o apontamento de uma ilegalidade, mas a dificuldade de compreensão de determinada cláusula ou condição do edital, que será aplicada no curso da licitação ou do contrato.

Além dessa possibilidade, os particulares também podem identificar ilegalidades no conteúdo das cláusulas editalícias e, por meio da impugnação ao edital, exigir a correção desses vícios. Impugnar significa refutar, contrariar, contestar, resistir, opor-se aos termos do edital, dada a suposta ilegalidade apontada. Ao impugnar o edital, o objetivo consiste, portanto, em alterar seus termos, de modo a adequá-los aos limites da Lei.

A Lei nº 8.666/93 disciplina o exercício dessas manifestações no seu art. 41, nos seguintes moldes:

Art. 41 A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Como se vê, a Lei nº 8.666/93 não distingue os prazos para o particular impugnar o edital ou solicitar esclarecimentos. Em vez disso, a Lei de Licitações fixa prazos distintos apenas em função de quem se dirige à Administração (cidadão ou licitante).

A Lei nº 10.520/02, que instituiu o pregão, não disciplinou prazos para apresentação de pedidos de esclarecimento e impugnações aos editais. Regra geral, essa disciplina foi fixada pelos decretos que disciplinam o pregão em suas formas presencial e eletrônica.

De acordo com a disciplina do art. 12 do Decreto nº 3.555/00, que regulamenta a forma presencial do pregão no âmbito da Administração Pública federal, “até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão” (Grifamos). Nota-se ser idêntico o prazo para solicitar esclarecimentos e impugnar o edital, bem como não haver distinção de prazos em função do status de quem exerce essas manifestações.

Por sua vez, o Decreto nº 5.450/05, que disciplina o pregão na sua versão eletrônica no âmbito da Administração Pública federal, prevê prazos distintos para essas ações. Segundo as disposições do seu art. 18, “até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica”. E consoante o disposto em seu art. 19, *os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.*

Em vista desse regramento, pode-se concluir que, nas licitações processadas pelas modalidades da Lei nº 8.666/93, o prazo para os cidadãos impugnarem ou pedirem esclarecimentos acerca do edital será de até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública de licitação. Se esses atos forem praticados por licitantes, o prazo se estende até o segundo dia útil que anteceder a abertura do certame.

Do Pedido

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, está Impugnante, requer, com supedâneo na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, para que o ato convocatório seja retificado em todos os pontos citados.

Requeremos ainda, que a Administração, em caso de não realizar as mudanças citadas, encaminhe ao setor jurídico para emissão de parecer.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Porto Velho – Rondônia, 20 de agosto de 2021.



RODOLFO JOSÉ FERNANDES CLAROS
Titular Administrador